

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Cidade de realização da(s) prova(s):

# Poder Judiciário

## Tribunal Superior do Trabalho (TST)

# Cargo 1: Analista Judiciário

## Área: Judiciária

**MANHÃ**

**Concurso Público**  
**Nível Superior**

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira inicialmente a transcrição de seus dados pessoais acima e de seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém cento e cinquenta itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 150, seguidos da prova discursiva acompanhada de espaço para rascunho.
2. O espaço para rascunho é de uso opcional, não contará, portanto, para efeito de avaliação.
3. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, conforme o item 1, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
4. Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
5. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
7. Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis; texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
8. Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
9. A duração das provas é de cinco horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
10. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decorrer dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.
11. Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
12. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA (datas prováveis)

- I 19/12/2008, após as 15 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas. Internet – [www.cespe.unb.br/concursos/tst2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/tst2007).
- II 20 e 21/12/2008 – Recursos (provas objetivas) exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos. Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis neste sistema.
- III 18/1/2009 – Resultados finais das provas objetivas e providência da prova discursiva. Diário Oficial da União e Internet.
- IV 19 e 20/1/2009 – Recursos (prova discursiva) exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos. Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis neste sistema.
- V 15/4/2009 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a prova final. Diário Oficial da União e Internet.

#### OBSERVAÇÕES

- Não sendo objeto de conhecimento em prova em decorrência do item 14 do Edital nº 1 – TST, de 24/10/2007.
- Informações adicionais: telefone 0XX(71) 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br/concursos/tst2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/tst2007).
- É permitida a reprodução desde imagens apenas para fins didáticas, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 150** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O mundo do trabalho tem mudado numa velocidade  
vertiginosa e, se os empregos diminuam, isso não quer dizer  
que o trabalho também.

4 Só que ele está mudando de cara. Como também  
está mudando o perfil de quem acaba de sair da universidade,  
da mesma forma que as exigências da sociedade e — por que  
7 não? — do mercado, cada vez mais globalizado e  
competitivo.

Tudo indica que mais de 70% do trabalho no futuro  
10 vão requerer a combinação de uma sólida educação geral  
com conhecimentos específicos; um coquetel capaz de  
fornecer às pessoas compreensão dos processos, capacidade  
13 de transferir conhecimentos, prontidão para antecipar e  
resolver problemas, condições para aprender continuamente,  
conhecimento de línguas, habilidade para tratar com pessoas  
16 e trabalhar em equipe.

Revista do Provão, n.º 4, 1999, p. 13 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 1 A opção pelo emprego das formas verbais “tem mudado” (l.1) e “está mudando” (l.4) indica que a argumentação do texto mostra as mudanças do “trabalho” como durativas, estendidas no tempo.
- 2 A conjunção “se” (l.2) introduz uma condição para que o trabalho diminua.
- 3 A interpretação coerente das idéias do texto permite associar “ele” (l.4) tanto com “trabalho” (l.3) quanto com “mundo do trabalho” (l.1). Ambigüidades assim devem ser evitadas na redação de textos oficiais.
- 4 Respeitaria as regras de pontuação e de redação de documentos oficiais a inserção da expressão “por que não?” (l.6-7) no corpo de um ofício, tanto entre vírgulas quanto entre travessões, como aparece no texto.
- 5 O emprego da flexão de plural em “vão” (l.10) respeita as regras de concordância com “mais de 70% do trabalho” (l.9).
- 6 Da organização das idéias do último parágrafo do texto, é correto que se interprete “coquetel” (l.11) como “conhecimentos específicos” (l.11).

1 Muitas coisas nos diferenciam dos outros animais,  
mas nada é mais marcante do que a nossa capacidade de  
trabalhar, de transformar o mundo segundo nossa  
4 qualificação, nossa energia, nossa imaginação. Ainda assim,  
para a grande maioria dos homens, o trabalho nada mais é do  
que puro desgaste da vida. Na sociedade capitalista, a  
7 produtividade do trabalho aumentou simultaneamente a tão  
forte rotinização, apequenamento e embrutecimento do  
processo de trabalho de forma que já não há nada que mais  
10 nos desagrade do que trabalhar. Preferimos, a grande  
maioria, fazer o que temos em comum com os outros  
animais: comer, dormir, descansar, acasalar.

13 Nossa capacidade de trabalho, a potência humana de  
transformação e emancipação de todos, ficou limitada a ser  
apenas o nosso meio de ganhar pão. Capacidade, potência,  
16 criação, o trabalho foi transformado pelo capital no seu  
contrário. Tornou-se o instrumento de alienação no sentido  
clássico da palavra: o ato de entregar ao outro o que é nosso,  
19 nosso tempo de vida.

Emir Sader. *Trabalhem menos, trabalhem todos.*  
In: *Correio Braziliense*, 18/11/2007 (com adaptações).


Julgue os seguintes itens a respeito do texto acima.

- 7 No primeiro período do texto, o pronome “nada” integra, como auxiliar da ênfase, uma expressão comparativa; mas, no terceiro período, o mesmo pronome perde o sentido comparativo pela presença do “não”.
- 8 A retirada da preposição em “de transformar” (l.3) violaria as regras de gramática da língua portuguesa, já que essa expressão complementa “capacidade” (l.2).
- 9 A argumentação do texto se organiza em torno de duas idéias opostas de trabalho: o trabalho como “puro desgaste da vida” (l.6) e o trabalho como capacidade de “transformação e emancipação de todos” (l.14).
- 10 A ausência do sinal indicativo de crase em “a tão forte” (l.7-8) indica que nesse trecho não foi empregado artigo, mas apenas preposição.
- 11 As substituições de “Preferimos” (l.10) por **Prefere** e de “temos” (l.11) por **tem** preservam a correção gramatical do texto, mas enfraquecem a argumentação de que é a maioria de nós “homens” (l.5) que prefere “comer, dormir, descansar, acasalar” (l.12).
- 12 Subentende-se, pela argumentação do texto, que “seu contrário” (l.16-17) corresponde a **contrário do capital**.
- 13 A organização das idéias no último período do texto mostra que a informação apresentada depois do sinal de dois pontos constitui uma definição de “alienação” (l.17).

## Texto para os itens de 14 a 22 e 29



A figura acima mostra uma janela do Word 2007, com um documento em processo de edição. Com relação a essa janela, ao Word 2007 e ao texto que está sendo editado, julgue os itens a seguir.

- 14 Os tempos verbais usados nas perguntas apresentadas nas linhas de 1 a 3 indicam que, na visão do entrevistador, as respostas a essas perguntas independem do entrevistado e são atemporais.
- 15 O trecho a seguir está coerente com os argumentos apresentados na resposta da entrevistada: o conceito mais apropriado de trabalho seria, por assim dizer, uma ação para a reprodução da vida e dignificação do ser humano.
- 16 O pronome “você”, nas linhas 8, 10, 11 e 12 do texto, tem a função de representar um sujeito indeterminado no texto, equivalente, em um texto de redação oficial, à partícula *se*.
- 17 A função textual do advérbio “então” (ℓ.10) é a de excluir o “trabalho que você vende” (ℓ.8) do conceito de trabalho.
- 18 Na linha 13, o sinal indicativo de crase em “àquilo” é resultado da presença da preposição *a*, regendo o complemento do verbo “corresponder” e do pronome demonstrativo **aquilo**.
- 19 No documento Word apresentado, sabendo-se que a palavra “**Articulação**” está formatada em negrito, para que essa formatação seja desfeita, é suficiente: selecionar essa palavra, pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; teclar **B**; liberar a tecla **Shift**.
- 20 É possível alterar o tamanho da fonte de uma palavra selecionada no documento Word mostrado por meio do uso dos botões **A A**.
- 21 Operando-se apenas com o botão esquerdo do *mouse* e utilizando-se de recursos disponibilizados na janela do Word mostrada, é possível alterar para maiúscula, simultaneamente, apenas a primeira letra de todas as palavras do seguinte trecho do documento: “trabalhos que não são remunerados, mas que são trabalho” (ℓ.9).
- 22 Ao se pressionar simultaneamente as teclas **Ctrl** e **S**, todo o texto no documento em edição será selecionado. Se, em seguida, for clicado o botão , todo o texto será marcado com uma cor previamente definida, criando-se um efeito semelhante ao de um marca-texto.

## Texto para os itens de 23 a 29

- 1 Um cenário polêmico é embasado no desencadeamento de um estrondoso processo de exclusão, diretamente proporcional ao avanço
- 4 tecnológico, cuja projeção futura indica que a automação do trabalho exigirá cada vez menos trabalhadores implicados tanto na produção
- 7 propriamente dita quanto no controle da produção. Baseando-se unicamente nessa perspectiva, pode-se supor que a sociedade tecnológica seria caracterizada
- 10 por um contexto no qual o trabalho passaria a ser uma necessidade exclusiva da classe trabalhadora. O capital, podendo optar por um investimento de porte
- 13 em automação, em informática e em tecnologia de ponta, cada vez mais barata e acessível, não mais teria seu funcionamento embasado exclusivamente na
- 16 exploração dos trabalhadores, cada vez mais exigentes quanto ao valor de sua força de trabalho. Embora não se possa falar de supressão do trabalho
- 19 assalariado, a verdade é que a posição do trabalhador se enfraquece, tendo em vista que o trabalho humano tende a tornar-se cada vez menos necessário para o
- 22 funcionamento do sistema produtivo.

Gilberto Lacerda Santos. *Formação para o trabalho e alfabetização informática*. In: *Linhas Críticas*, v. 6, n.º 11, jul/dez, 2000 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens a respeito das idéias e da organização do texto acima.

- 23 Preserva-se tanto a correção gramatical quanto a coerência textual ao se empregar o infinitivo **desencadear**, com função de substantivo, em lugar do substantivo “desencadeamento” (ℓ.2).
- 24 Devido às relações de sentido entre as palavras do texto é correta a substituição do pronome “cuja” (ℓ.4) pela preposição **de** para expressar noção de posse entre “avanço tecnológico” (ℓ.3-4) e “projeção futura” (ℓ.4).
- 25 Mantém-se a noção de voz passiva, assim como a correção gramatical, ao se substituir “seria caracterizada” (ℓ.9) por **caracterizaria-se**.
- 26 O valor de adjetivo do gerúndio em “podendo optar” (ℓ.12) fica preservado se essa oração reduzida for substituída pela subordinada adjetiva correspondente: **que pode optar**. Essa substituição manteria a coerência e a correção gramatical do texto.
- 27 No texto, o aposto “cada vez mais barata e acessível” (ℓ.14) qualifica apenas “automação”(ℓ.13).
- 28 Caso se substituísse “Embora” (ℓ.18) por **Apesar de**, a idéia de concessão atribuída a essa oração seria mantida, assim como a correção gramatical do período.

Considerando o desenvolvimento das idéias dos dois textos anteriores, julgue o item abaixo.

- 29 É correto concluir que a “reassignificação do trabalho” mencionada no texto contido na janela do Word vem desencadeando o “estrondoso processo de exclusão” descrito no texto acima.

	A	B	C		D
	C.G.C. empresa	qtde	valor (R\$)	total	
1					
2	00.367.897/0001-05	1	1.856,00		
3	07.080.970/0001-05	1	576,00		
4	06.895.344/0001-31	1	89,00		



A planilha mostrada na janela do Excel 2007, ilustrada acima, apresenta dados referentes à importação de materiais para três empresas diferentes, em que foram informados as quantidades e os valores unitários dos materiais. Para armazenar essas informações, as células de B3 a B5 estão formatadas para número, enquanto as células de C3 a C5 e de D3 a D5 estão formatadas para moeda. Para cada empresa, o valor total da compra de material realizada deve ser obtido pelo produto da quantidade de material importado pelo seu valor unitário em reais.

Com base nessas informações, julgue os itens subseqüentes, relativos à planilha mostrada e ao Excel 2007.

- 30 Sabendo-se que a célula D3 está selecionada, para se preencher as células de D3 a D5 de acordo com as informações apresentadas, é suficiente que seja realizado o seguinte procedimento: digitar  $= (B3 * C3)$  e teclar **Enter**; clicar a célula D3; clicar o canto inferior direito da célula D3, mantendo o botão do *mouse* pressionado; arrastar o ponteiro do *mouse* até o canto inferior direito da célula D5; liberar o botão do *mouse*.
- 31 Considere-se o seguinte procedimento: clicar a célula C3; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; clicar a célula C5; liberar a tecla **Shift**; clicar o botão  $\Sigma$ . Nessa situação, sabendo-se que a célula C6 tem a mesma formatação das células de C3 a C5, após a realização desse procedimento, a célula C6 ficará preenchida com o valor 2.521,00.

A figura acima ilustra parte de uma página do sítio do TST, acessado por meio do Internet Explorer 6 (IE6), que está sendo executado em um computador cujo sistema operacional é o Windows XP. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir acerca do IE6 e de conceitos de Internet e correio eletrônico.

- 32 Na janela Opções da Internet, que pode ser executada a partir de opção do *menu Ferramentas*, é possível encontrar, em uma das guias dessa janela, a ferramenta ilustrada a seguir, que permite bloquear a exibição de *pop-ups*. Por meio de funcionalidades disponibilizadas ao se clicar o botão **Configurações...**, nessa ferramenta, podem-se especificar endereços de sítios para os quais é permitida a exibição de *pop-ups*.



- 33 As páginas que são visitadas na Internet em uma sessão de uso do IE6 podem ser armazenadas em uma pasta especial para exibição rápida em uma outra sessão de uso do IE6. O usuário não tem acesso aos arquivos armazenados nessa pasta, no entanto, é possível definir o tamanho do espaço em disco a ser usado de modo que, quando esse espaço for completamente ocupado, a referida pasta é automaticamente esvaziada.
- 34 No *menu Arquivo*, existe opção que permite enviar o endereço da página mostrada acima como *link* em uma mensagem de *e-mail*. Dessa forma, clicando esse *link*, o destinatário do *e-mail* poderá dar início a procedimento de acesso à referida página do TST.
- 35 Na janela Painel de controle do Windows XP, encontra-se ferramenta que permite especificar o Mozilla Thunderbird como o aplicativo a ser usado para edição de páginas *web*. Porém, uma página *web* criada por meio do Mozilla Thunderbird não pode ser exibida no IE6, porque esses dois aplicativos são incompatíveis.
- 36 O IE6 não permite a proteção do computador contra vírus de Internet, mas disponibiliza ferramenta inicializável por meio do *menu Arquivo* que permite a proteção contra outros tipos de ameaças, incluindo as denominadas ferramentas de *hacking*, que, apesar de não serem vírus nem terem efeitos destrutivos, podem provocar danos.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do PowerPoint 2007 contendo uma apresentação em elaboração, julgue o próximo item.

37 A partir da figura mostrada, é correto afirmar que a apresentação em elaboração contém quatro *slides*, no primeiro dos quais foi inserida uma caixa de texto e uma figura, e que, caso se deseje personalizar a apresentação desses *slides*, é possível fazê-lo por meio de funcionalidades encontradas em **Módulo de Edição de Apresentação**.

Com relação ao Windows XP, julgue os itens que se seguem.

38 Quando devidamente configurado, o Windows XP pode permitir que um arquivo excluído e enviado para a Lixeira seja restaurado. Existe, entretanto, a possibilidade de se configurar a Lixeira de forma que os arquivos excluídos não sejam para ela movidos.

39 No Windows XP, ao se clicar o botão iniciar, é exibido um *menu*. O Windows XP permite a exibição desse *menu* em mais de um estilo, e o usuário pode, por meio de operações com o *mouse*, definir o estilo a ser usado no computador.

40 Ao se clicar o ícone correspondente a um arquivo que armazena um documento Word 2007 presente na *desktop* do Windows XP, o Word não será aberto. Por outro lado, se for aplicado um clique simples com o botão direito do *mouse* sobre o referido ícone, o Word 2007 será aberto e o conteúdo do arquivo associado ao ícone será exibido na tela do computador.

Julgue os itens subsequentes, com base no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

41 A antiguidade dos ministros do TST, para efeitos legais e regimentais, é regulada: pela data da posse; pela data da nomeação; pelo tempo de investidura na magistratura da Justiça do Trabalho; pelo tempo de serviço público federal; e pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.

42 O corregedor-geral e o ouvidor-geral da Justiça do Trabalho exercem cargos de direção do TST, sendo nomeados pelo presidente desse Tribunal, após aprovação do Senado Federal.

43 Os ministros do TST receberão o tratamento de **Excelência** e usarão, nas sessões, as vestes correspondentes ao modelo aprovado. Após aposentadoria, os ministros do TST conservarão o título e as honras correspondentes ao cargo, salvo no exercício de atividade profissional.

44 O corregedor-geral da Justiça do Trabalho não concorre à distribuição de processos, embora, quando não estiver ausente em função corregedora, participe, com direito a voto, de sessões de órgãos judicantes do TST dos quais integre a composição.

45 Durante o período de férias, o presidente do TST ou seu substituto poderá convocar, com antecedência de 24 horas, sessão extraordinária do órgão competente para julgamento de ações de dissídio coletivo, de mandado de segurança e de ação declaratória alusiva a greve que requeiram apreciação urgente.

46 Os processos de competência originária e recursal do TST serão distribuídos por classe, na ordem cronológica de ingresso no Tribunal, observadas a competência e a composição dos órgãos judicantes, concorrendo ao sorteio todos os ministros do Tribunal, exceto os membros da direção e os presidentes das turmas.

47 Competem exclusivamente às turmas do TST julgar, entre outros, os recursos de revista interpostos contra decisão em grau recursal dos tribunais regionais do trabalho (TRTs), assim como os agravos de instrumento contra as decisões dos presidentes de TRT que deneguem seguimento a recurso de revista.

48 Para atender a finalidades específicas, poderão ser instituídas, pelo Tribunal Pleno, comissões temporárias, que serão desconstituídas quando cumprido o fim a que se destinavam.

49 O Ministério Público do Trabalho (MPT) atua nas sessões do TST, representado por seu procurador-geral e por subprocurador-geral, que têm assento à direita do ministro-presidente do respectivo órgão julgador. Os procuradores regionais do MPT, mediante delegação do procurador-geral, podem apenas oficiar nos autos em que caiba ser exarado parecer pelo MPT.

50 Não são remetidos a parecer da Procuradoria-Geral do Trabalho os autos de processos oriundos de ações originárias nas quais essa Procuradoria for autora, nem aqueles de remessa facultativa pelo relator que versem sobre matéria pacificada na jurisprudência, ou para os quais seja exigida urgência no julgamento.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do Direito Constitucional, julgue os itens a seguir.

- 51** Seria inconstitucional a concessão de empréstimo pelo Banco Central do Brasil ao TST, com o objetivo de financiar projeto de modernização da Justiça do Trabalho.
- 52** No plano federal, existe lei orçamentária anual específica para o Poder Judiciário, de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal (STF), que define as receitas e despesas dos tribunais superiores, bem como das justiças do trabalho, militar e federal.
- 53** O controle externo da execução orçamentária do TST é realizado pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 54** Um ministro do STF é hierarquicamente superior a um ministro do TST.
- 55** A Constituição da República atribui à Justiça do Trabalho a competência para julgar causas trabalhistas em que a União figura como ré.
- 56** Recente alteração constitucional introduziu no rol dos órgãos que formam a Justiça do Trabalho os Juizados Especiais do Trabalho, que são competentes para julgar causas trabalhistas de menor complexidade.
- 57** Considere que uma emenda à Constituição Federal (CF) revogue o dispositivo que atribui à União competência privativa para legislar sobre direito do trabalho. Nessa situação, a competência para legislar sobre essa matéria passaria a ser estadual.
- 58** Considere que determinado empregado entenda que uma cláusula de seu contrato de trabalho seja inválida porque ela tem por base lei federal que ele julga inconstitucional. Nessa situação, o referido empregado não pode impugnar essa lei mediante ação direta de inconstitucionalidade, mas pode impugnar a validade do seu contrato de trabalho mediante arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- 59** Considere que Andréa, nascida na França e naturalizada brasileira há cinco anos, é uma advogada de 37 anos, que há doze anos exerce essa profissão no Brasil. Nesse caso, Andréa pode ser nomeada juíza de um tribunal regional do trabalho (TRT), mas não pode ser nomeada ministra do TST.
- 60** É compatível com a Constituição Federal (CF) o custeio de programas de assistência social mediante a utilização de receitas provenientes de contribuição para a seguridade social.

O presidente da República apresentou projeto de lei criando uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, tendo sido essa proposição legislativa aprovada por ambas as casas do Congresso Nacional. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 61** Esse projeto deverá ser submetido à sanção do presidente da República, que poderá vetá-lo, mesmo que ele tenha sido aprovado pelo Congresso nos termos em que foi proposto.
- 62** É compatível com a CF determinação no sentido de que os agentes públicos da referida autarquia sejam empregados públicos regidos pelo regime trabalhista.

Considere que o STF, em sede de controle difuso de constitucionalidade, tenha declarado a inconstitucionalidade de lei municipal que atribuía aos empregados domésticos direito a receber gratificação de 200% pelo trabalho efetuado em domingos e feriados.

Com relação a essa situação, julgue os itens que se seguem.

- 63** Essa decisão seria incompatível com a CF, pois o STF não é competente para controlar a constitucionalidade de leis municipais.
- 64** A referida lei seria inconstitucional porque a CF não atribui aos empregados domésticos direito a remuneração do serviço extraordinário.

Considere que, recentemente, tenha sido aprovada emenda à Constituição de Sergipe, inserindo dispositivo que estabelece a impenhorabilidade de imóveis residenciais que sirvam como residência ao proprietário do bem. Sabendo disso, um deputado federal de Alagoas ingressou com ação direta de inconstitucionalidade (ADI) perante o STF, argumentando que a referida emenda viola a Constituição Federal, na medida em que é de competência privativa da União a legislação acerca de direito civil e de processo civil. Essa ação, contudo, foi extinta, sem julgamento de mérito, em função da ilegitimidade ativa da parte autora.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 65** A extinção da ADI pelo STF foi correta, pois deputados federais somente têm legitimidade para impugnar, mediante controle concentrado, leis do estado cuja população eles representam.
- 66** O estado de Sergipe tem competência para legislar sobre a referida matéria, pois se trata de regulamentação do direito social de moradia, que é previsto na própria Constituição Federal.

Considere que Rodrigo, servidor do TST, ocupante de cargo efetivo, tenha solicitado o parcelamento de suas férias em duas etapas iguais, com a marcação da primeira etapa para fevereiro de 2008. Essa solicitação, porém, foi indeferida, em virtude de Rodrigo somente completar um ano de efetivo exercício no cargo em abril de 2008. Rodrigo, porém, dirigiu à autoridade que indeferiu sua solicitação um pedido de reconsideração, argumentando que seria lícita a marcação de metade de suas férias para o mês de janeiro, pois nesta data ele já teria cumprido mais da metade do período aquisitivo. O mérito desse pedido, porém, não foi apreciado, pois foi indeferido sob o argumento de que não cabe pedido de reconsideração de ato administrativo vinculado.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 67** O pedido de reconsideração formulado por Rodrigo é embasado em argumento juridicamente incorreto.
- 68** Rodrigo deveria ter encaminhado o seu pedido de reconsideração à autoridade imediatamente superior à que negou a solicitação inicial por ele encaminhada, e não diretamente a esta última.
- 69** É juridicamente incorreto o argumento utilizado pela autoridade para indeferir o pedido de reconsideração.

Considere que, há sete anos, Adriano é empregado da Caixa Econômica Federal (CAIXA), que é uma empresa pública federal. Nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 70** A empregadora de Adriano é entidade integrante da administração federal indireta.
- 71** Por força constitucional, o fato de a CAIXA ser uma empresa pública impede que Adriano possa ser demitido sem justa causa.

Considere que Carlos seja servidor público ocupante de cargo comissionado em um tribunal regional do trabalho (TRT). Nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 72** Caso Carlos e sua esposa adotem uma criança, ele terá direito a licença-paternidade de cinco dias, independentemente da idade da criança adotada.
- 73** Carlos não pode acumular remuneradamente esse cargo público com outro cargo comissionado na administração pública federal.

Considere-se que o TST tenha realizado licitação do tipo técnica e preço para adquirir vinte impressoras e que o resultado da licitação tenha sido homologado, mas ainda não tenham sido celebrados os respectivos contratos.

Com base nessa situação, julgue os itens subseqüentes.

- 74** O tipo de licitação referido incompatível com o procedimento da modalidade licitatória pregão.
- 75** Uma vez homologada a licitação, ela deixa de ser sujeita a revogação ou anulação por parte da administração pública.
- 76** A homologação da licitação confere ao licitante direito a que os contratos sejam celebrados no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato homologatório.
- 77** Uma vez adquiridas pelo TST, as referidas impressoras se tornarão bens públicos de uso especial.

Acerca do Direito Administrativo, julgue os itens a seguir.

- 78** Considere-se que um servidor do TST, no exercício de sua função, submeteu um advogado a constrangimento que configurou dano moral. Nessa situação, por tratar-se de dano moral, a responsabilidade do TST é subsidiária.
- 79** Considere-se que um servidor do TST esteja sendo submetido a processo administrativo disciplinar que apura o recebimento de vantagem econômica para que fosse adiado um ato que ele deveria praticar de ofício. Nessa situação, embora a conduta imputada ao servidor configure ato de improbidade administrativa, o referido processo administrativo não pode resultar em aplicação de pena de suspensão de direitos políticos.
- 80** Em regra, os atos administrativos são auto-executáveis, o que significa que eles têm força de título executivo extrajudicial.

A jurisdição é a atividade desenvolvida pelo Estado por meio da qual são resolvidos conflitos de interesses visando-se à pacificação social. Acerca desse tema, julgue os itens seguintes.

- 81** A jurisdição pode ser dividida em ordinária e extraordinária.
- 82** A jurisdição pode ser classificada em comum ou especial.
- 83** Por seu inegável alcance social, a justiça trabalhista é exemplo claro de jurisdição comum.
- 84** Considerando-se a sistemática federativa vigente no Brasil, a justiça comum é dividida em federal e estadual.

A respeito da competência do juízo, julgue os itens que se seguem.

- 85** É critério geral que a competência se estabelece pelo local em que ocorreu o fato.
- 86** Segundo a lei processual em vigor, somente um juiz brasileiro é competente para proceder ao inventário e à partilha de bens situados em território brasileiro, ainda que o *de cujus* seja um diplomata estrangeiro.
- 87** O único meio processual para se questionar a incompetência relativa do juízo é a exceção, a qual suspende o feito até que seja definitivamente julgada.
- 88** A incompetência absoluta poderá ser argüida pelo réu por ocasião da contestação. Não o fazendo nesse momento processual, ele somente poderá suscitá-la em alegações finais.

Julgue os itens a seguir, no que se refere a formação, suspensão e extinção do processo.

- 89** Em regra, o processo nasce com a propositura da ação, e a relação jurídica processual aperfeiçoa-se com a citação válida.
- 90** A petição inicial, a jurisdição e a citação são pressupostos de existência do processo.
- 91** Ainda que inepta, a petição inicial indica sempre a validade do processo, pois demanda um pronunciamento jurisdicional.
- 92** A litispendência, a coisa julgada e a conexão são consideradas pressupostos processuais negativos.

As decisões proferidas por juiz singular, em regra, são recorríveis por meio de embargos, agravo de instrumento e apelação. A esse respeito, julgue os itens subseqüentes.

- 93** Uma vez distribuído o agravo de instrumento a um relator, o magistrado prolator da decisão agravada não mais poderá reformá-la em juízo de retratação.
- 94** Se, no prazo de três dias, o agravante não requerer a juntada nos autos principais do comprovante de interposição do agravo, o mesmo deverá ser inadmitido pelo relator.
- 95** A apelação é um recurso cabível somente das sentenças proferidas em ações de conhecimento e nas cautelares com natureza satisfativa.
- 96** Ao apelante, não basta que proteste de forma genérica contra o teor da sentença, é fundamental que deduza o pleito de uma nova decisão, que pode ser a reforma ou mesmo a anulação do *decisum*, conforme o caso.

Representação, assistência e substituição são institutos que dizem respeito à capacidade processual e à legitimidade. Com relação a esse tema, julgue os seguintes itens.

- 97** A representação e a assistência são formas de integração da capacidade processual, que só ocorre em relação a pessoas físicas, jamais em relação a pessoas jurídicas.
- 98** A situação em que o denunciado da lide se manifesta processualmente em defesa do interesse do denunciante é exemplo de substituição processual.
- 99** A substituição processual pode ser inicial ou superveniente, exclusiva ou concorrente.
- 100** O substituído pode ingressar no processo como assistente simples nos casos de substituição processual concorrente.

O cientista francês Philippe Charlier trouxe à tona uma revelação inimaginável: os restos mortais da guerreira e mártir francesa Joana d'Arc são falsos — e, na realidade, podem ser de uma múmia egípcia.

IstoÉ, 11/4/2007, p. 75 (com adaptações).

Considerando a notícia acima e a legislação civil brasileira, julgue os itens a seguir.

- 101** Se Joana d'Arc fosse brasileira, a personalidade jurídica dessa heroína teria se iniciado no momento em que foi concebida, pois a partir desse momento estariam legalmente assegurados os seus direitos.
- 102** A divulgação da referida descoberta, feita pelo cientista francês à imprensa, classifica-se como um fato jurídico *stricto sensu*.
- 103** O nome do renomado pesquisador faz parte de seus direitos de propriedade, o que lhe assegura compensação financeira pelo uso não autorizado de seu nome.
- 104** Se o cientista em questão fosse de nacionalidade brasileira, porém domiciliado na Alemanha, as regras relativas ao princípio e término de sua personalidade jurídica seriam as contidas no direito alemão.

Um programa de TV, na Inglaterra, fez sucesso ao listar algumas das leis mais bizarras do mundo. A vencedora foi uma norma de Ohio, nos Estados Unidos, que proíbe embriagar peixes.

Época, 12/11/2007, p. 24.

Considere-se que, desconhecendo essa inusitada lei, um cidadão brasileiro tenha ido pescar com amigos no mencionado estado americano e acabou por “embebedar” algumas trutas. Descoberto o fato pelas autoridades locais, ele foi condenado ao pagamento de multa de dez mil dólares. O processo correu à revelia, pois, a essa altura, o réu já havia retornado ao Brasil.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue os próximos itens.

- 105** A referida sentença poderia ser executada no Brasil se o réu fosse um cidadão americano aqui domiciliado, mas jamais pode ser aplicada a cidadão brasileiro.
- 106** A sentença mencionada poderá ser executada no Brasil desde que atenda a certos requisitos, entre eles, haver sido homologada pelo STF e estar traduzida por especialista devidamente autorizado.
- 107** Sob nenhuma hipótese a citada sentença poderá ser executada no Brasil, pois trata-se de lei esdrúxula e o ato praticado não ser considerado ilícito pela legislação pátria.
- 108** A sentença proferida pela corte americana precisa ser homologada, condição necessária para que qualquer sentença estrangeira possa produzir efeitos e ser executada no Brasil.

Quanto à prescrição e à decadência, institutos fundamentais para a pacificação das relações jurídicas, julgue os itens seguintes.

- 109** Embora seja incontestável o seu amplo espectro de abrangência, que permeia todos os direitos, a prescrição encontra limitações, pois o legislador estabeleceu algumas ações imunes a ela, a exemplo das que versam sobre bens confiados à guarda de terceiros, a título de depósito, mandato ou penhor.
- 110** A renunciabilidade é uma das diferenças fundamentais entre a prescrição e a decadência. Enquanto a renúncia pode ocorrer em relação à prescrição, ela é vetada em relação à decadência fixada em lei. Além disso, se a prescrição só pode sobrevir de expressa disposição legal, a decadência é mais flexível, pois, além da lei, pode advir do testamento e do contrato.

Acerca da Justiça do Trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 111** São órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e os tribunais regionais do trabalho (TRTs), que detêm competências originárias ou recursais, e os juízes do trabalho, integrantes do primeiro grau de jurisdição trabalhista, que processam e julgam as causas não-previstas na competência originária dos referidos tribunais.
- 112** O Tribunal Superior do Trabalho (TST) é composto por ministros escolhidos entre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, nomeados pelo presidente da República após aprovados pela maioria absoluta do Senado Federal. A Constituição Federal vigente prevê que 21 (vinte e um) dos ministros sejam necessariamente oriundos da magistratura de carreira, indicados pelo TST ao presidente da República dentre juízes de tribunais regionais do trabalho; três dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, estes últimos seis a partir de listas tríplexes encaminhadas ao presidente da República pelo TST, depois de reduzidas as listas sêxtuplas encaminhadas pelos órgãos de classe das respectivas corporações.
- 113** A competência do Tribunal Superior do Trabalho é prevista em lei complementar, à qual cabe regular, ainda, o funcionamento do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.
- 114** A Justiça do Trabalho, atualmente, é dividida em vinte e quatro Regiões, cada qual possuindo um TRT e tantas varas do trabalho quantas criadas por lei, nas quais exercem sua jurisdição os juízes do trabalho, segundo os limites de competência territorial próprios. Os TRTs podem funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, e instalar juízos itinerantes, observados os limites territoriais da respectiva jurisdição a que estão vinculados.
- 115** Os juízes de direito podem, excepcionalmente, nos termos da lei, quando as respectivas comarcas não integrarem jurisdição de vara do trabalho, exercer jurisdição trabalhista, mas, nesse caso, o recurso interposto contra suas sentenças deve ser remetido ao tribunal de justiça estadual ao qual estejam vinculados, que absorve, por consequência, a jurisdição trabalhista em grau recursal.



Carlos ajuizou, perante a vara do trabalho, reclamação trabalhista, com valor de causa igual a vinte salários mínimos, pretendendo verbas salariais e rescisórias da empresa que fora sua anterior empregadora e, ainda, a responsabilização subsidiária da autarquia federal, à qual teria, por meio daquela empresa interposta, prestado serviços. A ação apresentou pedidos líquidos e endereço adequado das partes reclamadas. Assistido o trabalhador pelo sindicato da categoria obreira, postulou na petição inicial, ainda, honorários advocatícios em favor da entidade assistente, juntando declaração de que, não obstante perceba salário superior a dois salários mínimos, não tinha condições de suportar os ônus do processo sem prejuízo ao sustento próprio e ao de sua família.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 116** A reclamação trabalhista deve seguir o rito sumaríssimo, devido ao valor dado à causa e à observância da exigência de pedido líquido e de correto endereçamento da parte reclamada, já que a autarquia federal apenas está sendo chamada a integrar a lide como responsável subsidiária, e não como devedora principal.
- 117** Dada a irregularidade da prestação dos serviços terceirizados, seria correto que o juiz decidisse pela nulidade do contrato entre a autarquia e a empresa interposta e declarasse que o vínculo de emprego foi estabelecido diretamente entre Carlos e a autarquia.
- 118** Nessa situação, não pode ser concedida gratuidade judiciária, já que somente quem percebe remuneração em valor igual ou inferior a dois salários mínimos faz jus a esse benefício. Por isso, também não cabe eventual condenação em honorários advocatícios, se Carlos for vencedor.

Em assembléia geral, após frustrada negociação coletiva com o sindicato patronal, os motoristas e cobradores de ônibus de empresas de transporte coletivo de certo município resolveram deflagrar movimento paredista. Comunicaram às empresas de transporte coletivo das quais eram empregados a deliberação pela greve e, no dia seguinte, após anúncio em jornais, rádio e televisão, pararam de trabalhar, mantendo, contudo, colegas incumbidos de trafegar com parte dos ônibus, nos horários de pico, exceto nas linhas que passam pelos lugares mais movimentados da cidade, que continuam sem atendimento de transporte público algum.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 119** A paralisação é legal porque a decisão sobre a oportunidade do exercício do direito de greve compete apenas aos trabalhadores, e, no caso, houve observância da exigência da comunicação prévia aos empregadores e à sociedade.
- 120** O Ministério Público do Trabalho, à conta do interesse público e do serviço envolvido, pode ajuizar dissídio coletivo perante o competente TRT para decisão acerca do referido conflito.
- 121** Eventual decisão do TRT acerca da abusividade da greve, julgando dissídio coletivo que tenha sido ajuizado, está sujeita a recurso de revista para o TST, cabendo, em tal caso, à respectiva Seção de Dissídios Coletivos o reexame da decisão regional.

No que concerne a acidente do trabalho e moléstia profissional, julgue os seguintes itens.

- 122** O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) deve anotar o acidente do trabalho na carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do trabalhador acidentado.
- 123** Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano patrimonial decorrentes da relação de trabalho, nelas incluídas as ações nas quais o empregado pleiteia do empregador o pagamento de indenização material decorrente de acidente do trabalho.
- 124** Ante a natureza jurídica cível da pretensão deduzida, compete à Justiça Comum processar e julgar as ações nas quais o empregado pleiteia do empregador o pagamento de indenização por danos morais decorrentes de acidente do trabalho.
- 125** Falecendo o empregado em decorrência de acidente do trabalho, não corre prazo prescricional para ajuizamento de ação indenizatória por seus dependentes menores, enquanto durar a incapacidade civil absoluta.

Em relação ao mandado de segurança na Justiça do Trabalho, especialmente perante o TST, julgue os itens seguintes, considerando a Constituição Federal, as leis de regência específica e o regimento interno do TST.

- 126** O mandado de segurança pode ser impetrado perante qualquer juízo ou tribunal do trabalho, mas, originariamente, os juízes do trabalho detêm competência para processar e julgar os mandados de segurança coligados à matéria de sua jurisdição, enquanto os tribunais apreciam os mandados de segurança impetrados contra seus próprios atos ou dos seus membros, ou, no caso dos TRTs, também quando a autoridade impetrada é juiz do trabalho vinculado a esses tribunais.
- 127** Julgado mandado de segurança por TRT, a competência para apreciar eventual recurso ordinário interposto é da Seção de Dissídios Individuais do TST, exceto quando se tratar de recurso em mandado de segurança coletivo, caso em que a competência é da Seção de Dissídios Coletivos do TST.
- 128** No TST, apenas as seções especializadas processam e julgam, em grau originário, os mandados de segurança impetrados contra atos do próprio Tribunal ou de seus ministros.
- 129** Compete ao presidente do TST, monocraticamente, decidir sobre o pedido de suspensão de segurança concedida por TRT.
- 130** Não cabe mandado de segurança contra ato judicial em execução trabalhista que determine a penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, por ter sido observada a gradação legal.

Quanto aos recursos no processo trabalhista, julgue os itens subsequentes.

- 131** O prazo de interposição dos recursos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inclusive dos embargos de declaração, é de oito dias.
- 132** Na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, exceto quando suscetíveis de impugnação mediante recurso para o mesmo tribunal, quando houver acolhimento de exceção de incompetência territorial com remessa dos autos para TRT distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, ou ainda quando a respectiva decisão do TRT for contrária à súmula ou à orientação jurisprudencial do TST.
- 133** Sendo recorrível a decisão interlocutória proferida, cabe agravo de instrumento à instância superior, admitida a reconsideração da decisão agravada pelo próprio órgão prolator.
- 134** Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista ao TST quando houver violação direta à Constituição Federal pela decisão do TRT.
- 135** O relator, no TST ou no TRT, pode negar seguimento ou dar provimento a recurso, por decisão monocrática, nas hipóteses previstas no art. 557 do Código de Processo Civil (CPC), também aplicável ao processo do trabalho, sujeita a decisão a agravo para o órgão colegiado do respectivo tribunal que seria, em princípio, competente para o exame do recurso trancado. Contudo, se contra a decisão do relator forem opostos embargos de declaração, esses serão decididos pelo próprio relator quando pretenderem suprir mero vício técnico e não, a modificação do julgado; se o embargante postular efeito modificativo, os embargos serão convertidos em agravo para exame, como tal, pelo órgão colegiado.
- 136** Os embargos em recurso de revista das decisões das turmas para a Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI) do TST apenas são cabíveis quando houver divergência entre a decisão recorrida e outra proferida por turma ou pela SDI, se já não restar a questão pacificada por súmula ou orientação jurisprudencial do TST ou do STF no sentido da decisão recorrida.
- 137** Provido o agravo de instrumento, o tribunal ou seu órgão fracionário competente deve deliberar sobre o julgamento do recurso principal antes denegado no juízo ou tribunal de origem, observando-se, se for o caso, daí em diante, o procedimento relativo a esse recurso.

No tocante a carteira de trabalho e previdência social (CTPS), julgue os itens que se seguem.

- 138** Ao contratar empregado em localidade onde é emitida a CTPS, o empregador deve, obrigatoriamente, anotar no respectivo documento, no prazo de 48 horas, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver.
- 139** A CTPS é obrigatória para o exercício de qualquer emprego, excetuados os de caráter temporário.
- 140** Esgotando-se o espaço destinado a registros e anotações, o interessado deve obter outra CTPS, hipótese na qual se conserva a série da anterior, alterando-se apenas o número respectivo.
- 141** É autorizado ao empregador efetuar anotações desabonadoras ao empregado em sua CTPS.

Com relação ao Direito do Trabalho, julgue os itens a seguir.

- 142** Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo firmado por uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica e pelo sindicato representativo da categoria profissional, em que são estipuladas condições de trabalho aplicáveis no âmbito da empresa ou das empresas convenientes às respectivas relações individuais do trabalho.
- 143** As convenções coletivas de trabalho devem conter obrigatoriamente a designação dos sindicatos convenientes; o prazo de vigência; as categorias ou classes de trabalhadores abrangidos pelos respectivos dispositivos; as condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante sua vigência; as normas para a conciliação das divergências surgidas entre convenientes por motivos da aplicação de seus dispositivos; as disposições sobre o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos; os direitos e deveres dos empregados e empresas; as penalidades para os sindicatos convenientes, os empregados e as empresas em caso de violação de seus dispositivos.
- 144** É de responsabilidade do empregador o pagamento da indenização devida em face de paralisação temporária ou definitiva do trabalho motivada diretamente pela promulgação de lei que impossibilite a continuação da atividade.
- 145** Salvo quando houver sido instaurado procedimento especial para a ação fiscal com o objetivo de orientação sobre o cumprimento das leis de proteção ao trabalho e para a prevenção e o saneamento de infrações à legislação mediante termo de compromisso, toda verificação em que a autoridade administrativa competente para a fiscalização do trabalho concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder a lavratura de auto de infração, sob pena de responsabilidade administrativa.

Acerca da organização sindical, sua natureza, criação, administração, atribuições e dissolução, julgue os itens seguintes.

- 146** Conquanto caiba aos trabalhadores organizarem-se em sindicatos, o princípio da unicidade sindical revela que o Ministério do Trabalho e Emprego pode intervir nas entidades sindicais criadas em desacordo com a legislação ou que passem a funcionar fora da base territorial determinada, nesse caso podendo interferir para que haja o desmembramento do sindicato em desacordo ou mesmo sua extinção.
- 147** Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- 148** A estrutura sindical observa a seguinte ordem: sindicatos, federações e confederações sindicais.

Julgue os itens seguintes, relativos a prescrição.

- 149** A prescrição do direito de reclamar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não-recolhido é trintenária, observado o biênio a partir do término do contrato de trabalho.
- 150** O trabalhador urbano tem direito de reclamar crédito oriundo da relação de trabalho até cinco anos do fato, observado o biênio a partir do término do contrato de trabalho, enquanto ao trabalhador rural se aplica o prazo bial para reclamar direitos trabalhistas.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Certa fundação pública estadual, por ordem do respectivo diretor-presidente, contratou trabalhadores como empregados, sem concurso público, sob a premissa de que executariam apenas trabalhos por períodos determinados de trinta e seis meses. Logo em seguida, após anotadas pela fundação as carteiras de trabalho, os referidos empregados foram cedidos à União para laborar em serviços de digitação em diversos Ministérios, onde permaneceram por dois anos, sempre com a fundação pública estadual pagando o valor do salário básico e a União assumindo o encargo de recolher o FGTS, assim sendo feito sem solução de continuidade. Findos os dois anos, a União, devolveu todos os trabalhadores ao órgão cedente, tendo estes sido imediatamente demitidos quando do regresso aos empregos na fundação pública estadual, recebendo apenas a liberação do FGTS já depositado de forma integral, assim tendo sido dada a ordem para a rescisão dos contratos. Os empregados demitidos ajuizaram reclamação trabalhista perante a Justiça do Trabalho contra a União e a fundação pública estadual que os havia contratado, postulando verbas rescisórias (aviso prévio indenizado, férias vencidas e proporcionais e respectivos adicionais de 1/3, décimos terceiros salários vencidos e proporcionais, multa de 40% sobre o FGTS depositado), além do seguro-desemprego.

---

Com base na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho, além da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, disserte sobre eventuais nulidades e responsabilidades administrativas e trabalhistas e, em tese, o que seria ou não devido aos trabalhadores citados na situação hipotética acima.

---

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	